



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

O ARQUITETO E URBANISTA PENSADO COMO SUJEITO DETENTOR E SÍMBOLO DE PODER

JOSÉ HENRIQUE COSTA TENÓRIO (UFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS) -

henriquetenorio20@gmail.com

Formado em Arquitetura e Urbanismo pela UFAL. Mestrando em Dinâmicas do Espaço Habitado pela UFAL.

Debora De Barros Cavalcanti Fonseca (UFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS) -

debora.cavalcanti@fau.ufal.br

Possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas, Especialização e Mestrado em Arquitetura - Université Catholique de Louvain e PhD em Planejamento Urbano pela London School of Economics and Political Science.

O arquiteto e urbanista pensado como sujeito detentor e símbolo de poder

INTRODUÇÃO

O indivíduo como símbolo de poder, surge na sociedade legitimado pelo certificado de saber. O conhecimento é utilizado como processo de dominação e socialmente quem o detém já possui vantagens dentro na luta de classes sociais. Luta essa que tem como premissa agentes em busca de manter ou aumentar suas possibilidades de domínio.

O arquiteto e urbanista se encontra nessa posição, como sujeito técnico reconhecido que toma posse de funções e privilégios, além de possuir atrelado a si a falsa ideia de conhecimento absoluto. Ainda, o mesmo tem em sua ação, a de criar e modificar espaços, interações e possibilidade de controle, atreladas às relações de poder.

Será abordado as ideias de 'poder simbólico' desenvolvidas por Bourdieu, identificando as simbologias que compõem o arquiteto urbanista e as relações de poder que se criam a partir desses símbolos. Assim como as ideias de Hilde Heynen sobre o espaço e o papel que ele cumpre na produção e modificação de produções sociais.

O artigo tem como objetivo construir um panorama das ideias de relação de poder que estão enraizadas no sujeito arquiteto urbanista. A fim de gerar questionamentos quanto às identificações, reflexões e as maneiras nas quais esse sujeito se apropria desse poder. Pensar sobre seu papel social e suas tomadas de decisões.

O PODER DO 'TÍTULO' DO ARQUITETO URBANISTA

São muitas as questões que podem ser levantadas a respeito do sujeito arquiteto urbanista. Uma delas é a posição que o mesmo ocupa na sociedade, as simbologias que vêm atreladas ao 'status' de ser considerado um especialista, técnico ou qualquer outro termo atrelado ao direito de exercer certa função.

Em conjunto com essa posição social, estão intrínsecas relações de poder de caráter cultural, ou como chamaria Bourdieu(1989), um 'poder simbólico', aderido ao sujeito detentor de título, nesse caso, o arquiteto urbanista. Poder que dentro de uma sociedade pode construir uma relação de domínio, "[...] poder significa a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo que contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade." (WEBER, 1984, p. 43). Mas podemos pensar nas relações de poder a partir do arquiteto urbanista?

Esse poder simbólico que será abordado surge do legado deixado pelo sociólogo francês, ao se debruçar pela investigação a respeito das classes, buscando entender relações de dominação e desigualdade. Um poder que constrói a realidade, que institui valores, classificações e conceitos que são invisíveis, apresentados de forma anônima aos agentes. O mesmo que dá origem à hierarquia.

É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 1989, p. 7-8)

O arquiteto, assim como outros atores sociais, se encontra na arena, em batalha pela obtenção de controle e diferentes formas de poder.

A luta para elevar ou erodir a classe como a base suprema da percepção e da ação social é travada mais intensamente nas camadas superiores do espaço social, nas quais os detentores das diversas modalidades de capital (econômico, jurídico, burocrático-estatal, religioso, científico, artístico etc.) competem para determinar seu peso relativo e suas prerrogativas. (WACQUANT, 2013, p.91)

Ou seja, ao assumir respectivo título de valor social, o indivíduo exerce determinada relação de poder que ao senso comum, é imperceptível, mas que aparece a partir de análises mais críticas e profundas. O que também faz com que ele lute por manter ou adquirir maiores privilégios, que seriam benéficos para garantir a supremacia de classe.

O diploma é um dos símbolos que corrobora para analisarmos o sujeito em questão como detentor de 'poder'. Esse símbolo de estrutura social legitima capacidade técnica a um indivíduo, o tornando 'capaz de' e automaticamente criando os 'não aptos para'. Restringindo diversas funções, cargos e atividades, como a de projetar edificações, gerar planos urbanos, entre outras a um indivíduo considerado detentor de conhecimento, este garantido socialmente por um papel de valor simbólico.

Não necessariamente, o diploma garante que um indivíduo detém capacidade para exercer certas tarefas, mas simbolicamente define que sim, por isso, o mesmo é vitalício, o que gera contradições. Uma lacuna entre a simbologia e a realidade, "Resulta daí a possibilidade de uma defasagem entre as competências garantidas pelo diploma e as características dos cargos, cuja mudança, dependente da economia, é mais rápida." (BOURDIEU; BOUTANSIKI, 2002, p. 132). O que caracteriza que o poder simbólico nem sempre está de encontro com interesses do poder econômico, apesar de comumente eles se encontrarem em mesmas direções e espaços, através dos mesmos agentes. Isto é, existem características objetivas e simbólicas específicas para cada sistema, que os diferenciam.

O diploma não é garantia do indivíduo poder ocupar posições hegemônicas na sociedade, diante do grande avanço do capitalismo e as mudanças desenfreadas relacionadas ao mercado de trabalho, exigindo muitas vezes um poder social atrelado ao simbólico para garantir a posse desses cargos. Ele ainda possui emaranhado a si, a simbologia de possibilidade de ascensão social, quando se trata das classes economicamente desfavorecidas, mantendo o valor de 'status' social.

O simbolismo em torno do certificado de escolaridade tem por atribuição poderes simbólicos desenvolvidos pela própria sociedade, assim como qualquer outro, já que esses têm como origem serem instrumentos de

integração nos campos sociais. Essa relação de poder garantida pelo diploma é soberana, subjugando interesses individuais e se encontrando em plano institucional.

Essa ideia do diploma como instrumento de controle de força qualificada de trabalho desenvolve um aprofundamento da luta de classes que Bourdieu trata, a luta das classificações. “O diploma unifica sentimentos classificatórios entre os que possuem e os que não possuem. Torna estes últimos, representantes e representados por um certo sentimento de incompetência e menor valor social.” (SILVA FILHO; FERREIRA, 2005, p. 239). Percepção social que pode ser chamada de violência simbólica:

[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2005, p. 7-8)

Surge com esse símbolo, um processo de validação da dominação de uma classe sobre a outra, o diploma como ferramenta de imposição, condição para se apropriar. Limitando, desvalorizando e excluindo os que não cabem dentro da simbologia do ‘qualificado’. As classificações sociais, (BOURDIEU, 2008) que alimentam ainda mais esse movimento de representações de grupos a partir de taxonomias sociais, as quais têm como produto as relações de força entre as classes.

Sendo assim, o arquiteto urbanista em seu conceito geral, apenas como classificação, já apresenta um caráter distintivo ao sujeito, distanciamento social vertical de superioridade, onde o mesmo é autorizado socialmente a ocupar cargos dominantes, de atribuições exclusivas. Desenhando uma relação de poder simbólico entre o técnico da construção civil e do planejamento urbano, entre outros agentes sociais.

O PODER DA ‘AÇÃO’ DO ARQUITETO URBANISTA

As relações de poder do sujeito arquiteto urbanista não estão restritas a seu título, na simbologia da sua nomenclatura. Já vimos que apenas por ser nomeado, é criada uma relação de poder simbólico para com a sociedade. Entretanto o ‘fazer’, as práticas desse sujeito que advém legalizadas pelo diploma também portam invisíveis traços de manifestação de poder.

O arquiteto urbanista trabalha diretamente com o espaço, tendo-o como objeto de estudo e de trabalho, independente de escala, desde micro ao macro. Ao pensar nesses espaços, pensasse em mudanças de vivências e interações com os mesmos. Há uma linha bem tênue e questionada em como se comportam as modificações ou como se alteram, a dada relação de poder do que impera sobre o que, o homem como produto do meio ou o meio produto do homem. Hilde Heynen(2013) cria em “Space as receptor, instrument or stage. Notes on the interaction between spatial and social constellations”, um resumo a respeito dessas teorias sobre a relação entre espaço e indivíduo, onde ela divide em três tipos de espaço: Space as receptor(Espaço como receptor); Space as instrument(Espaço como instrumento); e Space as stage(Espaço

como palco). Entendendo as construções, ou seja, a atividade de criação de espaços, como exemplo de força social.

No primeiro, o 'espaço como receptor', ele se encaixa na definição de um 'objeto neutro', como apenas um *background*, cumprindo um papel passivo de servir como matéria de controle e modificação. Sendo assim, o espaço não tem poder sobre as relações que se formam sobre ele, apenas funciona como reflexo de processos culturais e atividade humana social. Ideia comumente disseminada por sociólogos, que possuem o homem como objeto principal de estudo, ignorando o espaço como detentor de poder mobilizador "[...] each time taking the existence of actual architectural and urban space as a given background, rather than as an active factor that in itself is capable of producing such behaviour." (HEYNEN, 2013, p. 3).

No 'espaço como instrumento', o pensamento é exatamente o inverso do que é apresentado no primeiro. Teoria comumente disseminada por estudiosos da arquitetura que traçam como objeto principal de estudo o espaço, este recebe a característica como ativo. "They focus on the capacity of space to impose certain desired behaviours on subjects, which effectuate a symmetrical power relations between domineering and oppressed groups." (HEYNEN, 2013, p. 6). Não apenas o espaço como criador de mudanças sociais, mas como instrumento de controle. O espaço como ferramenta de dominação, que automaticamente adere ao indivíduo modificador do mesmo um poder de controle dessas interações sociais, nesse caso o pensador e modificador de espaços, o arquiteto urbanista.

A última abordagem trazida por Hilde, disponibiliza um pensamento que não é conduzido por interesses egóicos de pesquisador, se desvinculando da crença de uma relação de poder construída unilateralmente nas relações sociais do homem em determinado espaço.

O 'espaço como palco' é o meio modificado pelas forças sociais, assim como modifica fenômenos sociais.

In conceiving of spatial arrangements as the stage on which social life unfolds, the impact of social forces on architectural and urban patterns is recognized (because the stage is seen as the result of social forces) while at the same time spatial patterns are seen as modifying and structuring social phenomena. (HEYNEN, 2013, p.8)

Nesse caso, existe uma relação concomitante, entre espaço e indivíduos, que em conjunto criam ou modificam manifestações sociais. Sendo assim, não cabe ao espaço ou apenas essas interações humanas, uma soberania de poder de um sobre o outro. Considerar o espaço como instrumento é desconsiderar a imprevisibilidade para futuros usos e construções de novas relações a partir de novos espaços ou de modificações nos mesmos. Essa é a ideia adotada sobre esse artigo, o espaço como um palco, onde se constrói performances sociais, o homem como fruto do espaço e o espaço como resultado dessas construções sociais.

Mesmo não adotando a segunda ideia, de um espaço como instrumento de dominação, não significa que ele não apresenta esse caráter de autoridade ou que o próprio não seja construído com esse propósito. É de fato uma segunda relação de poder sobre o sujeito arquiteto urbanista, tendo como função a criação e modificação desses espaços. Cabe a esses profissionais o

domínio de afetar parte da balança que interfere diretamente em relações e comportamentos sociais, uma responsabilidade que pode ser adotada como uma oportunidade de desenvolver ambientes democráticos ou autoritários. Salientando que, apesar de muitos acreditarem, não é um poder soberano, este do tecnocrata. A intenção adotada pelo projetista, não necessariamente vai se tornar uma realidade, principalmente se ele desconsiderar o valor modificador de quem utilizará esses espaços e as possíveis eventualidades.

A arquitetura não apenas assume a forma de instrumento, como também é muitas vezes utilizada como expressão de regimes autoritários, sendo exemplo não só de parte de uma relação social, mas como manifestação de poder. Podendo ser a materialização de poder, refletindo um regime, ideologias.

A arquitetura seria o meio pelo qual o poder se materializa por 'possuir um poder mágico' como vemos na citação a seguir: "Para Hitler - não menos que para seus contemporâneos, Mies e Gropius - a arquitetura era uma expressão do espírito central de uma época, possuindo algum poder mágico eterno que poderia levar os homens da confusão e do caos ao sereno reino da Ordem." (ALMEIDA, 2020, p. 61 e 62)

Um caráter simbólico da arquitetura, como monumento, funcionando como linguagem, que possui mais função plástica do que funcional, próxima dos campos das artes. Mas que apresenta relações de poder intrínsecas e muitas vezes mascaradas, como uma meio impositivo, instaurando regras, nem que sejam ao menos de cunho meramente estéticas.

A arquitetura hostil ou arquitetura da violência também se apresenta como exemplo dessa atribuição de controle atribuída aos espaços como objeto de dominação, marca autoritária de produção de ambientes. Um tipo, que objetiva promover a exclusão, através de artefatos implementados ou construídos a fim de reprimir direitos coletivos à cidade, popularmente utilizado a partir de uma justificativa cruel, de limpeza urbana. Mas que apresenta unicamente uma função, a segregação espacial.

Isso porque o conceito de arquitetura da violência não se limita ao ferro de uma grade ou ao plástico utilizado para fazer a câmera de vigilância, a arquitetura da violência é uma relação social entre tais materiais e a sociedade, sem essa conexão sequer existiria motivo para a existência de tal arquitetura e por meio dela se revelam conflitos da sociedade, ela possui um motivo de ser, uma operacionalidade que só pode ser conhecida através do entendimento da relação social a que ela se refere. (TAVARES, 2012, p.3)

A linguagem ofertada pela arquitetura e urbanismo tem o poder de definição de hábitos, seja ao menos de estimular ou induzir, apresentando um discurso carregado de força simbólica. Que em muitos casos pregam uma prática capitalista que mantém formas de desigualdade, acarretando em violências.

A "violência simbólica", como interpretação social dos movimentos discursivos, possui importante relevância para a compreensão de uma série de conjecturas sociais que afetam negativamente parcelas

populacionais que se encontram desfavorecidas pela lógica econômica capitalista. (BROLLO; COSTA, 2020, p. 2)

A concentração de lucro e capital em conjunto com as tecnologias da informação que propagam essas simbologias de 'status quo' produzem uma cidade nublada de valores simbólicos. O próprio déficit habitacional é exemplo de violência simbólica e pensar sobre, é importante para se tentar combater o problema por base e entendendo como o mesmo afeta não apenas fisicamente, mas simbolicamente uma grande parcela da sociedade. "É nesse sentido que a conscientização e a ressignificação do discurso social normalizado e violento se apresenta não apenas como uma solução para a mitigação de desigualdades, [...]" (BROLLO; COSTA, 2020, p. 4).

A própria escola racionalista de arquitetura que gera uma prática de produção de reprodução sem considerar os habitantes e suas particularidades, é uma relação de força de dominação. Ao impor aos indivíduos uma padronização que se considera universal, mas na qual reflete um processo limitador de construção de uma igualdade inexistente. No movimento moderno, "[...] o posicionamento do arquiteto quanto ao seu saber consolida um modo de fazer que ainda hoje reconhecemos como hegemônico." (D'ALVA, 2015, p.16). Posição que não ficou restrita à história de vigor do modernismo, mas que se estende até os dias de hoje, ao utilizar do 'saber' como relação de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sujeito arquiteto e urbanista possui simbologias e está diretamente ligado às estruturas de poder, que aderem a ele relações de domínio, por título e por função. Como detentor de conhecimento, legitimado pela sociedade, pode conter, e apenas em sua existência, já apresenta uma violência simbólica à população em vulnerabilidade social.

Além da violência simbólica do 'saber', esse indivíduo como modificador e criador de espaços pode adicionar violências em sua ação como tecnicista. Ao imprimir objetivos individuais, particulares, ou melhor, opressores em suas funções sociais, por meio de produções ou mesmo manifestações através de cargos de supremacia. Ou seja, o arquiteto urbanista detém poder e a grande questão é como esses agentes vêm o utilizando. Mas além de refletir sobre a existência desse poder, precisa-se pensar a respeito dos impactos do mesmo e quais são as suas possibilidades como modificador social.

Apesar de o espaço por si só, não ser determinante exclusivo de relações sociais, possui um peso extremamente relevante ao se pensar sociedade. A forma com que o arquiteto urbanista, hoje, posiciona-se dentro dessa arena social, tem grande impacto e é por isso, que se precisa transformar essas relações invisíveis, mais claras para que possa-se repensar objetivos e funções.

Pensar a cidade através do urbanismo participativo, utilizando de opiniões e pensamentos coletivos, é um passo para quebrar com a simbologia do arquiteto como 'único detentor de conhecimento'. Projetar espaços por meio de uma linguagem comunitária vai determinar se desenvolve uma relação democrática ou autoritária por parte do responsável técnico.

No âmbito da arquitetura, questionar as produções de réplicas e do 'morar' como bem capital, também ajudam a romper essa relação de poder. Aderindo, uma arquitetura produzida através de um pensamento mais afetivo e menos racional, a casa como 'abrigo' e não como 'máquina de morar'.

São muitas as questões que podem se atrelar aos poderes símbolos que rodeiam o sujeito arquiteto urbanista. Por isso a importância de reconhecer e refletir a respeito dos mesmos. Com as questões, surgem as dúvidas quanto ao papel social desse indivíduo na sociedade, entender e se apropriar desse poder como responsabilidade, pode ser uma saída para construirmos uma sociedade mais justa no futuro.

REFERÊNCIAS

WEBER, M. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc. **O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução**. 1975. In: Maria Alice Nogueira; Afrânio Catani (Org.). Escritos de educação. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ROSA, Tiago Barros. **O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar**. Rev. Sem Aspas, Araraquara, v.6, n.1, p. 3-12, jan./jun. 2017.

WACQUANT, L. **Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes**. Novos Estudos-CEBRAP, São Paulo, n. 96, p. 87-103, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HEYNEN, Hilde. **Space as receptor, instrument or stage. Notes on the interaction between spatial and social constellations**. International Planning Studies, 2013.

ALMEIDA, Renata Regina. **A Arquitetura do Poder e o Poder da Arquitetura: O Estádio Nacional do Jamor**. Instituto Universitário de Lisboa, 2020.

TAVARES, Diego Amador. **Arquitetura da violência: Um estudo sobre insegurança pública em Belém em meio à segregação social e a cultura da barbárie**. 3º Encontro da Região Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia: Amazônia e Sociologia: fronteiras do século XXI. Manaus, 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/20565712-Arquitetura-da-violencia-um-estudosobre-inseguranca-publica-na-cidade-de-belem-em-meio-a-segregacao-social-e-a-cultura-dabarbarie.html>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

BROLLO, Maria Eduarda; COSTA, Leandro. **Déficit Habitacional como Violência Simbólica**. Revista Políticas Públicas e Cidades, 2020.